

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Sociais

UPP e UPP Social

**novas modulações de segurança,
dispositivos para cuidar da vida *no* e *do*
planeta**

Bolsista

Mayara de Martini Cabeleira

Orientador

Edson Passetti

São Paulo, fevereiro de 2012

Resumo

Desde 2008 um novo modelo de gestão de segurança pública passa a ser gradualmente implantado no Rio de Janeiro com a finalidade de recuperar áreas degradadas e cuidar dos moradores destes locais mapeados como vulneráveis. A partir de uma parceria entre o governo federal, estadual e municipal um projeto de *pacificação* das favelas da cidade entra em vigor, inaugurando-se a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora. Como extensão da garantia de segurança, *liberdade* e direitos à população, em 2010 inaugura-se a UPP Social – que busca estabelecer parcerias entre a sociedade civil, governo e o setor privado para promover a prática da cidadania e proporcionar inclusão e desenvolvimento social.

A presente pesquisa tem por finalidade entender o processo de favelização do Rio de Janeiro, mapear as áreas que já estão *sob comando* de polícias comunitárias e acompanhar a expansão da implantação deste novo modelo de *cuidar do povo*, investigando e analisando o controle social contemporâneo desse dispositivo implantando no Brasil, mas que dialoga diretamente com os compromissos globais internacionais de garantir a vida *no e do planeta* divulgados nos últimos anos através de uma *cultura da paz* – que atravessa, em contra partida, uma política de *tolerância zero*.

Sumário

- Relatório de Atividades	04
- Relatório Científico Parcial	
-- Genealogia das favelas do Rio de Janeiro	06
-- Favela, uma grande <i>comunidade</i> – <i>área de ocupação subnormal</i>	11
-- Fluxos de controle contínuo – <i>dispositivos em rede</i>	14
-- Compromissos internacionais por uma <i>cultura da paz</i>	15
-- Nova York – <i>Tolerância zero</i>	17
-- Medellín – <i>Polícia Comunitária</i>	18
-- Rio de Janeiro - <i>Choque de paz</i>	19
- Bibliografia	25
- Anexos	28

Relatório de atividades

Nesta primeira etapa da pesquisa realizei levantamento bibliográfico, leitura e sistematização de conteúdo. Acompanhei diariamente o material publicado pela imprensa, com enfoque nos dois jornais de maior circulação, sendo a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo. Além do acompanhamento da mídia impressa desses dois jornais, busquei acompanhar matérias publicadas por diversos jornais e revistas eletrônicas.

Semanalmente tive encontros com o orientador e com outros integrantes do Projeto Temático, o que foi uma experiência muito válida. Esses encontros proporcionam o contato com outras pesquisas que fomentam discussões e inquietações, possibilitando que o bolsista não se atente exclusivamente ao tema de sua pesquisa, mas também amplie seus conhecimentos e os compartilhe com os outros colegas.

Durante esse período também participei de um colóquio, palestras, seminários e outros eventos relacionados ao Projeto Temático e, por vezes, relacionados exclusivamente a esta pesquisa. Quanto à orientação ao bolsista, recebi muitas indicações de leitura que dialogam diretamente com o aspecto prático da pesquisa tal como indicações de leituras mais filosóficas. Sempre que as dificuldades surgiam pude contar com o orientador.

Dentre as participações em eventos especiais, foi elaborado dois relatórios. O primeiro refere-se a palestra concedida pelo organização Afroreggae que buscou expor as transformações que estão ocorrendo nas favelas do Rio de Janeiro desde a instalação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora na cidade. O segundo é um relatório referente ao VII Colóquio Internacional Michel Foucault – pensador fundamental para embasamento teórico acerca do âmbito filosófico desta pesquisa.

Abaixo segue relação de participação em atividades do Projeto Temático e de outros eventos relacionados ao tema da presente pesquisa.

Palestra

04/10/2011 – Conexões Urbanas nas Universidades (Afroreggae)

Colóquio

24 a 27/10/2011 – VII Colóquio Internacional Michel Foucault

Seminários

28/10/2011 – Sujeição, Assujeitamento e Subjetividade (Guilherme Castelo Branco)

31/10/2011 – Protestos globais, internet e os novos movimentos – Parte I (Acácio Augusto)

16/11/2011 – Protestos globais, internet e os novos movimentos – Parte II (Acácio Augusto)

21/11/2011 – O ingovernável (Edson Passetti)

28/11/2011 – Reinvenções de si e criações culturais nos feminismos contemporâneos (Margareth Rago)

05/11/2011 – Verde verdade (Beatriz Carneiro)

08/11/2011 – Segurança e novas institucionalizações (Thiago Rodrigues)

12/12/2011 – Situação dos povos indígenas no Brasil (Lucia Helena Rangel)

Eventos especiais

17/10/2011 – Aula-teatro 10: Loucura

Reuniões de orientação

07/11/2011 – Reunião coletiva de orientação

24/11/2011 – Reunião coletiva de orientação

15/02/2012 – Reunião coletiva de orientação

Genealogia das favelas do Rio de Janeiro

Uma complexa e longa luta social em prol da abolição da escravatura no Brasil possibilitou a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888. Foram três séculos de escravidão, o que torna ainda mais complicado por fim a uma prática tão habitual no país, deixando “evidente que a simples assinatura colocada pela princesa Isabel em um pergaminho rebuscado, libertando, os 723.719 escravos oficialmente existentes no país não poderia resolver a questão” (BUENO, 2003, p. 218). Os escravos libertos no fim do século XIX “... foram jogados na mais terrível miséria. O Brasil imperial – e, logo a seguir o Brasil republicano – negou-lhes a posse de qualquer pedaço de terra

para viver ou cultivar, de escolas, de assistência social, de hospitais” (idem, p. 229). Desta forma, a solução encontrada por muitos fora continuar nas fazendas em troca de um baixo salário, enquanto outros milhares que optaram pela liberdade “acabaram por se dirigir para às grandes cidades – especialmente Rio de Janeiro e Salvador” (ibidem).

No ano seguinte a abolição, em 15 de novembro de 1889, é proclamada a república e junto com ela uma “luta entre o antigo regime monarquista e a nova ordem republicana” (ibidem, p. 254) se anuncia nas mais diversas formas, sendo o ano de 1893 marcado intensivamente por manifestações anti-republicanas. Entre a Revolução Federalista, a guerra civil desencadeada no Rio Grande do Sul e a Revolta Armada, nada pode ser equiparado a destruição ocorrida em Canudos (1896 - 1897).

Em meio ao solo pouco infértil da Caatinga no sertão, um aglomerado de 5.200 casas e cerca de 20 ou 25 mil habitantes encontraram na figura do Antônio Conselheiro uma fortaleza de sobrevivência (ibidem, p. 256 – 257). Conselheiro peregrinou por quase duas décadas até encontrar uma terra para se estabelecer até que em uma fazenda da Bahia “surgiria o arrarial de Belo Monte, mais tarde batizado de Canudos” onde “buscou materializar a utopia de uma sociedade evangélica auto-suficiente” (ibidem, p. 257). Entretanto, a criação de impostos e a separação do Estado da Igreja anunciada com a proclamação da República não agradou o beato monarquista que passou a entrar em conflito com o Estado. Após dois conflitos entre sertanejos e soldados – representando as

forças legais do Estado – em que o Exército saiu em retirada, as instituições estaduais e federais anunciavam que Canudos representava uma ameaça à ordem do país e assim, organizaram uma nova força militar para acabar com o arraial rebelde a qualquer preço. Entretanto, essa terceira tentativa ainda foi vencida pelos sertanejos e novamente a tropa foi organizada para exterminar aquela população de sertanejos. Entre toneladas de munição, metralhadoras e canhões o Estado deixa claro naquele momento quem é detentor de poder e controlador da vida: Canudos é massacrada até restar somente escombros, nas palavras de Euclides da Cunha¹ o que ocorreu naquele arraial foi um verdadeiro “fuzilamento em massa” (CUNHA, 1984, p. 174) onde não houve rendição dos sertanejos, mas resistência até o fim absoluto.

Concomitante ao período iniciado com a campanha abolicionista e o fato consolidado do fim da escravatura, o Brasil passa também a ser um imenso receptor de imigrantes europeus, sendo que “de 1886 a 1914 quase três milhões de estrangeiros vieram para o Brasil na tentativa de ‘fazer a América’” (BUENO, 2003, p. 264).

Negros livres e soldados que retornavam das lutas armadas (citadas acima) somados a chegada de imigrantes no país e aos próprios brasileiros que se deslocavam para a capital federal em busca de melhores condições para

¹ Repórter do jornal *O Estado de S. Paulo* que vivenciou o episódio e immortalizou a história desse povo ao escrever *Os Sertões*, um dos grandes clássicos da literatura brasileira.

viver, formavam um contingente populacional que chegava ao Rio de Janeiro à procura de trabalho e de um local para morar. Neste momento a cidade era um grande polo cultural e industrial, sediava diversas instituições importantes, possuía a maior rede ferroviária do país e oferecia um amplo mercado consumidor. Como a área central da cidade era o ponto onde se concentravam as oportunidades de trabalho, foi também ali onde grande parte dessa população recém-chegada passou a residir. A constante chegada de indivíduos ao Rio de Janeiro e a necessidade de moradia barata para esses trabalhadores, fez com que a elite burguesa residente na região central aos poucos migrasse em direção dos bairros mais ao sul e a oeste, configurando as áreas centrais com grandes habitações coletivas, conhecidas como cortiços (VAZ, 1994).

A densidade demográfica nesses cortiços aumenta muito no início do século XX – o que vem a incomodar representantes da oligarquia, republicanos radicais e os teóricos do embranquecimento, eles alegavam que essas habitações coletivas deformavam a paisagem da cidade. Essas aglomerações no centro do Rio de Janeiro se transformam em um grande impasse à tentativa da burguesia em conceder características estéticas europeias à cidade e rapidamente surge o discurso higienista, afirmando que os cortiços eram

“... a causa da insalubridade, e por esse motivo foram condenados a desaparecer, substituídos por habitações higiênicas. Neste combate às moradias populares insalubres destacaram-se certos agentes sociais: por um lado, o Estado, atuando através da restrição à construção de novas moradias,

da imposição de normas higiênicas e da intervenção direta (fechamento de cortiços); por outro, os empresários do nascente setor imobiliário, que introduziriam novo padrão de edificação no Rio de Janeiro” (VAZ, 1994, p.583 - 584).

Para resolver esse impasse dos cortiços, o então presidente da república, Rodrigues Alves², sancionou uma lei que alterou toda a organização municipal do capital federal e a partir de 1903 inaugurou o programa de obras que daria uma estética cosmopolita à cidade do Rio de Janeiro e a deixaria mais limpa. Para isso, Alves sancionou leis que impossibilitava a construção de novas habitações na região central da cidade, proibiam reformas nas antigas – que eram, em grande parte, cortiços – e mais tarde realiza a demolição das habitações coletivas (BUENO, 2003), para *varrer* a população do centro da cidade.

Todas essas *reformas* urbanas causaram “a expulsão da população pobre moradora dos cortiços para os morros e as periferias” (SANTOS, 2002, p. 33). Diante desses acontecimentos, os escravos libertos, ex-soldados e imigrantes (citados anteriormente) passam a ser mais uma camada do contingente que colaborou com o processo de favelização nas encostas dos morros cariocas –

² Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848 - 1919). Foi eleito presidente em 1902 com apoio das elites de São Paulo e Minas Gerais. Ao se revelar mais conservador do que republicano, seu governo foi criticado tanto pelas elites oligárquicas quanto pelo povo – que sofreu com o aumento de aluguéis, com a reurbanização da cidade e principalmente pela expulsão de moradores do centro do Rio de Janeiro.

dentre outros condicionantes que propiciaram o surgimento das favelas³, pode-se levar também em consideração o exacerbado crescimento populacional⁴.

É importante observar que essa faxina realizada durante o governo de Rodrigues Alves na região central do Rio de Janeiro teve como resultado somente a migração de uma parte da população para uma região mais periférica, o que propiciou a consolidação e crescimento vertiginoso das favelas nos morros ao longo das décadas.

Ainda na perspectiva de higienização, vale lembrar a Revolta da Vacina. Seu estopim foi em novembro de 1904 quando a maior parte da população de classe média e baixa se recusou a cumprir com a lei que tornava a vacinação contra a varíola obrigatória. Em resposta a recusa popular, a força do Estado, representado pelas Brigadas Sanitárias que eram acompanhadas pela polícia, passou a entrar nas residências da população para vacinar os moradores à força. Não demorou muito para a população ir às ruas, e no dia 14 de novembro, a Escola Militar da Praia Vermelha se unir ao povo, tornando evidente que naquele momento não estava em jogo somente a revolta contra a vacina, mas também a inflação arbitrária, o achatamento salarial, o aumento dos aluguéis e, principalmente, o projeto elitista que estava remodelando o centro do Rio de Janeiro. Em meio ao embate, Rodrigues Alves conseguiu o apoio de militares leais ao governo e decretou repressão à revolta, posteriormente declarou estado

³ A favela só é oficialmente reconhecida como fenômeno urbano na década de 1940 (VAZ, 1994).

⁴ No período de 1890-1906 a população do Rio de Janeiro cresceu 2,84% anualmente, isso reflete diretamente no aumento da densidade domiciliar – passando de 7,3 para 9,8 pessoas por moradia (RIBEIRO, 1997).

de sítio – válido por um mês. Diante do estado de exceção, Alves aproveitou as prerrogativas do regime para prender e enviar, via porões de navios, ao Acre não só aqueles que participaram do motim, mas também os desempregados, desvalidos e moradores de cortiços que, na concepção burguesa, colaboravam com a sujeira da cidade (BUENO, 2003). Paradoxalmente, todas essas formas que buscavam eliminar as habitações coletivas insalubres só fizeram emergir um modo ainda mais precário de moradia.

Ao longo de décadas as favelas do Rio de Janeiro só cresceram, mas também desenharam um modo de existir peculiar. A tentativa de *varrer* aquilo que suja a cidade maravilhosa – que na concepção de grande parte da população ficaria mais maravilhosa sem os sujeitos responsáveis por deformar a paisagem –, não cessou e em alguns momentos foram mais intensos. Durante o regime militar (1964-1985) houve constantes tentativas de remoção de paisagens degradadas e muitos indivíduos foram eliminados dos morros para abrir espaço à expansão industrial ou ao embelezamento da cidade (BUENO, 2003).

Não é a intensão dessa pesquisa prosseguir com detalhes da formação histórica das favelas cariocas até os dias atuais, a retrospectiva feita acima convém para refletir sobre o advento de um novo modelo de habitação que no decorrer de décadas permaneceu marcado pela pobreza e por falta de recursos, como o de saneamento básico por exemplo. Hoje a situação permanece.

Um marco importante para esta pesquisa e que problematiza o advento de seu objeto de estudo é a década de 1980. Neste período o tráfico de drogas e armas ganhou as favelas cariocas e sucessivamente os traficantes se tornaram, aos poucos, em policiais sem farda. A partir desse momento as favelas do Rio de Janeiro passam a ser marcadas por grandes impasses estruturais na área de segurança pública, as tentativas para solucionar esses problemas têm resultado em expansão das políticas integradas, entre público e privado, de antiviolença.

Favela, uma grande comunidade – área de ocupação subnormal

Favela é nome popular de uma plantinha do sertão da Bahia de nome científico quase que impronunciável, [*Cnidoscolus quercifolius*](#). O termo foi trazido pelos militares, que após um dos piores massacres da história do Brasil, a Guerra de Canudos, foram para o Rio de Janeiro estabelecer suas vidas. A cidade de Canudos foi construída entre dois morros, sendo um deles o Morro da Favela (pois continha grande quantidade da planta mencionada). Quando os militares chegam a capital federal se deparam com grandes dificuldades de encontrar moradia e aos poucos se instalam na beira dos morros – a similaridade da instalação da cidade do Rio entre morros os fizeram remeter ao Morro da Favela do sertão, desta maneira passaram a designar o que hoje é o

atual Morro da Providência de favela (VALLADARES, 2009). A partir disso, favela passou a ser o cenário tal como o conhecemos.

Mas a palavra favela ao decorrer de décadas de existência se transformou, ora, foi transformada em um grande vocábulo pejorativo e sua pronúncia praticamente sinônimo de preconceito, pode-se dizer que sua pronúncia se tornou indelicada. Quem, de fato, tornou o termo pejorativo não há dados referências, mas tendo conhecimento das condições habitacionais da favela basta ter um pouco de bom senso para entender por quê do sentido torpe, desagradável e depreciativo da palavra. Mas será que ao deixar de usar o termo favela para designar o que conhecemos como favela, modifica-se também o que entendemos por ela?

Enfim, favela está em desuso. Agora, o *politicamente correto* diz: *comunidade*. Por comunidade vê-se a tentativa se transformar o espaço degradado da favela em uma zona de conforto. Mas essa definição de favela como comunidade se faz entender a partir de uma perspectiva onde comunidade é o cerco que tende a nivelar toda sua população – articulada em torno dos costumes, para garantir que permaneçam costumes e nenhum existir disforme vigore. Na comunidade os indivíduos são convidados a participar do jogo de Estado e se tornam agentes que policiam seus vizinhos e indivíduos policiados,

A comunidade é o governo de todos sobre todos. Nela prepondera a obediência e se expressa, racionalmente, a vontade conservadora de uniformidade e nivelamento. Opera

segundo uma gestão de poder individualizante e totalizadora, fazendo com que cada indivíduo participe ativamente do governo da comunidade na mesma proporção em que se torna polícia de si próprio e do alheio. A vida em comunidade é o princípio mais elementar de servidão, organizador histórico da política de grupos identitários. Seu amálgama é regido por valores morais de origem que determinam suas formas exemplares de conduta. A comunidade pode se constituir como um pequeno Estado no interior do próprio Estado, e na sociedade de controle, é uma das nomeações para guetos, periferias, favelas, subúrbios. Também designa grupos que agem no interior da prisão, como resistência reativa, atuando na conservação e continuidade das políticas de insegurança, agenciadas tanto por instituições estatais, como pela sociedade civil organizada, redimensionando elites no interior da própria comunidade. A comunidade conserva ou delimita costumes identitários e inibe a experimentação de inovações; na sociedade de controle torna-se um dispositivo dos programas de administração da miséria e de gerenciamento das penas. (NU-SOL, *Verbetes*)

Durante a década de 90 assistimos um grande aumento pelo interesse em estudar as favelas cariocas, neste momento um movimento que busca atingir melhorias de habitação, saúde e educação nos morros surge e rapidamente se expande⁵. Esses projetos de melhorias são na maioria elaborados por Organizações Não-Governamentais (Instituições, Associações, Fundações, etc.), sendo neste mesmo período o qual segmentos de arquitetura urbana passam a designar essas regiões como *áreas de ocupação subnormais* e também quando o

⁵ O interesse por estudos desse tema e a criação de novos projetos da área são ainda mais impulsionados a partir do lançamento do Programa Favela-Bairro, em 1993, pela prefeitura do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2009). O programa busca transformar a favela em bairro popular e é considerado o principal programa dentro de todos os que são desenvolvidos pela Secretária Municipal de Habitação. Atualmente existe um projeto que é visto como sucessor do Programa Favela-Bairro, o Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais – popularmente conhecido como Morar Carioca, lançado em julho de 2010 na gestão de Eduardo Paes.

Censo Demográfico utiliza pela primeira vez, em 1991, o termo *aglomerado subnormal*. Na definição dada pelo IBGE um *aglomerado subnormal* é

“um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa”⁶.

Os resultados do *Censo Demográfico de 2010* que analisam os dados retirados das favelas de todo o país revelou que 1,4 milhão de habitantes da cidade do Rio de Janeiro (22% do total) vivem em habitações que se enquadram nas definições de *aglomerados subnormais*. Conforme definição do IBGE, um *aglomerado subnormal* pode ser tanto a somatória de vários aglomerados urbanos, como é o caso do Complexo do Alemão, quanto um único aglomerado, com a favela da Rocinha – maior favela do Estado, com quase 70 mil moradores⁷. Para entender melhor a diferença desses tipos de *aglomerados*, visualize as imagens 1 e 2, respectivamente, no anexo.

Numa perspectiva simplista, por *ocupação* (usual entre segmentos urbanísticos) ou *aglomerado subnormal*, é possível entender o *sub* como aquilo que está abaixo de, neste caso, abaixo do normal – daquilo que é comum. Segundo Michel Foucault, o anormal – que está fora do estado de normalidade tal como aquilo que é *subnormal* – é entendido pela Sociedade Disciplinar como

⁶ Censo Demográfico 2010. *Agglomerados Subnormais – Primeiros Resultados*.

⁷ Idem.

um sujeito perigoso que precisa ser mantido longe e enclausurado. Basta um olhar atento às ações governamentais para observar que é exatamente desta forma que o Estado se direciona à favela, como um corpo que precisa retido. Antes, seu tratamento de dava pela eliminação, descaso ou simplesmente abandono; agora, com programas para manter a população nos morros, sem que tenham a necessidade de descer ao “asfalto” – termo muito utilizado entre os cariocas e que deixa explícito a segregação territorial da cidade. Nessas condições, parece não haver nada melhor ao Estado do que inventar *a comunidade* como modulação de confinamento.

Fluxos de controle contínuo – *dispositivos em rede*

A pobreza pelas ruas da cidade espalha e produz medo e insegurança à grande parte da população, gerando o clamor por segurança que implica na criação de dispositivos em rede que compartilham formas de exercício do controle social e de captura através do terror – onde há uma produção de medo em relação ao Estado constante, formulada pelo próprio Estado. Pode-se fazer entender a noção de dispositivo através da perspectiva de Giorgio Agamben ao afirmar que o dispositivo “remete a um conjunto de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo lingüísticos e não-lingüísticos, jurídicos, técnicos e militares) que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou

menos imediato” (AGAMBEN, 2009). Esse *efeito* de captura está articulado com os exercícios de controle da vida onde se estabelece uma lógica fascista que mata em nome da vida, criminaliza e pune em defesa dos direitos humanos do *bom cidadão* – ser cidadão já não significa o sujeito inserido na cidade, mas sim um status de homem participativo em defesa da democracia.

Há uma produção de proibicionismos, criminalizações e normalizações de conduta que articulam formas de dominação marcadas por fluxos de controle contínuos e comunicação instantânea, onde o indivíduo é a todo momento educado para participar ativamente como cidadão democrático, pois democracia já não significa somente um regime político, mas também “um definitivo estilo de vida” (PASSETTI, 2007, p. 66).

As políticas de segurança pública emergentes são cada vez mais caracterizadas pela responsabilidade, que grande parte da população designa ao *Estado*, de proteger a sociedade civil contra a periculosidade dos mapeados como marginais vulneráveis e de promover proteção, uma sensação de segurança e bem-estar social. Neste caso, pode-se entender que vulnerabilidade

“... acompanha o conceito de qualidade de vida associado à política de segurança derivada do programa fascista de tolerância zero [mais à frente comentado] cujo um dos objetivos é limpar a peste das ruas, crianças, mendigos, putas, miseráveis, usuários de drogas, pretos e quase pretos, vagabundos, migrantes, aquilo que a ordem denomina por indigentes culturais, os incivilizados” (OLIVEIRA, 2007, p.156).

Compromissos internacionais por uma *cultura da paz*

A partir da década de 90 há uma intensificação constante da preocupação com os cuidados necessários ao meio ambiente. Embalado nessa discussão, insurge concomitantemente às preocupações da vida *do* planeta, preocupações também com a segurança da vida *no* planeta. Em movimentos de corrente *eco*, nota-se a presença da discussão referente a recuperação e manutenção da qualidade de vida em um planeta que deve atingir o desenvolvimento sustentável e cultivar uma *cultura da paz*. Em busca desta *cultura*, uma diversidade de programas sociais e de segurança pública emerge no cenário das políticas brasileiras e estratégias para imobilizar a população vista como vulnerável são articuladas, cercos territoriais são estabelecidos e a vida se torna ininterruptamente vigiada, policiada e punida caso escape dos programas de participação contínua.

Em decorrência dessa preocupação planetária com segurança, qualidade de vida e bem-estar da nação, nos vemos inseridos na “era das reformas globalizadas, de uma nova mentalidade de *cura* da Sociedade e das doenças do planeta; era de uma *ecopolítica* que se anuncia” (PASSETTI, 2007, p. 66), onde organizações e instituições passam a se mobilizar através das mais improváveis surpreendentes parcerias para elaborar estratégias preventivas e corretivas, assumindo compromissos com a sociedade civil de cuidado com a vida *do* e *no* planeta.

A Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida em 1992 no estado do Rio de Janeiro, ou Eco 92, como ficou conhecida, realizou um balanço dos problemas sociais e ambientais da época e elaborou documentos que ainda hoje são de grande visibilidade, como a *Carta da Terra* e a assinatura da *Agenda 21 brasileira* – documentos que traçaram um plano de ação em busca de qualidade de vida, onde saúde, educação e segurança estão em jogo.

A preocupação com a vida *no* planeta é percebida também a partir da busca por redução da desigualdade social e pela tentativa de

“reverter a tendência ao aumento da violência com ações e campanhas de desarmamento a serem realizadas com participação da sociedade civil, em sintonia com as instâncias responsáveis pela segurança pública e com a convergência de medidas dos três níveis de governo” (*Agenda 21 Brasileira*).

Promover “uma cultura de tolerância, não violência e paz” para “desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos...” (*Carta da Terra*) é um dos objetivos globais a ser atingido. Mas certamente, tal desmilitarização⁸ não pode ser notada nas atuais políticas de segurança pública – muito pelo contrário, não só o cerco policial aumenta como também a participação das forças armadas se expande.

⁸ Entende-se por este termo que para cultivar a paz é necessário também deixar de lado os dispositivos militares que apresentam caráter extremamente de contenção pela repressão e punição e que passem a serem vistos como colaboradores sociais para a pacificação; neste caso as ações repressivas funcionam como precaução para a instauração da pacificação.

Embalado pelo clima de transformação da virada de milênio, outros dois documentos importantes são elaborados no ano de 2000 na intenção de transformar a realidade social. O *Manifesto 2000 UNESCO (Cultura da Paz)* e a *Declaração do Milênio das Nações Unidas*. O primeiro foi um movimento que objetivava a conscientização individual da sociedade civil para uma *cultura da paz* a partir da prática da não-violência, “rejeitando a violência sob todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os grupos mais desprovidos e vulneráveis como as crianças e os adolescentes” (*Manifesto 2000 UNESCO*).

Já o segundo, foi um documento que estabeleceu metas para suprir necessidades humanitárias e do planeta no novo milênio, conforme afirma o Secretário-Geral das Nações Unidas “os líderes (...) pediram o reforço das operações de paz das Nações Unidas, para que as comunidades vulneráveis possam contar conosco nas horas difíceis. E pediram-nos também que combatêssemos a injustiça e a desigualdade, o terror e o crime...” (*Declaração do Milênio das Nações Unidas*).

Desde então, a *comunidade internacional*⁹ vem desenvolvendo programas, doutrinas e políticas públicas modulares em prol de melhorias da vida *do e no* planeta.

⁹ É interessante observar como a palavra *comunidade* tem sido freqüentemente utilizada. Nesta perspectiva ela continua a disseminar função equivalente àquela apresentada anteriormente – onde *comunidade* designa favela. Em um momento em que ocorre uma captura de todos por todos, o conceito de *comunidade* ganha dimensão global na tentativa de mostrar que todos podem ser parceiros e conviver em harmonia. Não podemos esquecer que a *comunidade*

Nova York – Tolerância zero

A grande metrópole dos EUA, Nova York, registrou em 1990 seu maior índice de violência. Neste momento, na tentativa de reduzir os números alarmantes, o prefeito da cidade Rudolph Giuliani implantou a política de *Tolerância Zero* – estratégia de segurança pública criada pelo Chefe de Polícia William Bratton. A estratégia se baseia em gerenciar a vida da população através de uma sistema com tecnologia intensiva de comunicação, de rastreamento de informações e elaboração de estatísticas denominado CompStat (Computerized Statistics), segundo Bratton, o sistema (desenvolvido por Jack Maple), tem como finalidade identificar os padrões e as tendências de atos criminosos¹⁰.

Visando sanar o medo da população diante da onda de violência na cidade, a política de *Tolerância Zero* legitimou a ação policial sob a “pobreza que incomoda” (WACQUANT, 2001, p.19), onde, além do sistema CompStat, os policiais locais também passaram a utilizar dispositivos que antes eram utilizados somente pelo exército. O que, de fato, passa acontecer nas ruas da cidade é uma perseguição repressiva constante aos indivíduos tidos como marginais ou aos pobres localizados em espaços públicos.

internacional também quer se responsabilizar pelos corpos e estilos de vida, as lutas pela vida já quase não existem. A diferença essencial entre a *comunidade internacional* e a *comunidade da favela* é que a primeira é o próprio Estado, enquanto a segunda é a vontade do Estado posta em prática.

¹⁰ Entrevista *Revista Veja.com* com William Bratton.

Essa política de segurança pública foi agregada globalmente e países como México, Argentina, Itália, Inglaterra e França são os primeiros a criarem programas que se baseiam na criminalização da pobreza a partir da modulação de um programa onde o exercício da tolerância deve se tornar inexistente. O Brasil não passa imune a essa influencia mundial e, em 1999, o governador de Brasília naquele momento Joaquim Roriz¹¹ decide implantar o modelo de segurança estadunidense na capital federal.

Medellín – *Polícia comunitária*

Na Colômbia, foi a cidade de Medellín que ganhou notoriedade internacional no final dos anos 90 pela crescente onda de violência. A cidade era cenário de um intenso enfrentamento armado entre grupos paramilitares e as guerrilhas, desta maneira, havia muitas segregações e cada bairro, ou zona, era comandado por um desses grupos armados. Em face da situação o prefeito Luís Pérez decide, em 2002, intervir nas disputas desses grupos armados – cuja predominância era a guerrilhas das FARC, denominado como Comunidade 13. A partir dessa intervenção inicio-se a “re”tomada desses territórios dominados.

¹¹ Em 2007, Roriz era senador pelo PMDB-DF e foi acusado de quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética do Senado após a divulgação de conversas telefônicas que o mostraram negociando a partilha de R\$ 2,2 milhões com o ex-presidente do Banco de Brasília, Tarcísio Franklin de Moura. O caso foi amplamente divulgado pela imprensa até Roriz renunciar o cargo (informações do jornal Folha de S.Paulo - Caderno poder, edição de 04/07/2007).

Diante desta disputa territorial entre grupos guerrilheiros e de paramilitares armados de forma ilegítima contra a força do Estado, a gestão do Prefeito Sérgio Fajardo (2004) deu seqüência a iniciativa do prefeito anterior e ampliou a estratégia com programas elaborados em parceria com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), como o *Plano de Desenvolvimento* e o *Plano de Convivência e Segurança Cidadã*.

Os programas buscam reduzir a violência, aumentar a participação da sociedade civil, proporcionar uma *cultura cidadã* e fortalecer a confiança da população nas organizações do Estado. Para atingir esses objetivos a estratégia utilizada foi aumentar a presença da polícia metropolitana, principalmente nas regiões de confronto que não havia policiamento, para solucionar os problemas da comunidade pacificamente – insurge neste momento o princípio que também será utilizado na estratégia da segurança pública de pacificação do Rio de Janeiro: policiais comunitários somados à instalação de Unidades de Polícia Pacificadora que “re”tomam o território antes ocupado por organizações de traficantes e pelos denominados como delinqüentes.

Rio de Janeiro – *Choque de paz*

Em janeiro de 2008 ocorreu a Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública onde foi divulgado o documento *Democracia e Participação no*

contexto da crise da representação que anuncia, a partir de formas democráticas, a importância do cidadão em criar alianças com as polícias e o governo, para que a sociedade civil participe ativamente na fiscalização das políticas públicas.

A constante expansão territorial e das favelas, do tráfico e aumento da violência na cidade e também entre as próprias facções do tráfico no Rio de Janeiro propiciou uma boa desculpa por parte do Estado para fechar o cerco das favelas e implantar um novo modelo de gestão de segurança pública no Rio de Janeiro com a finalidade de recuperar as áreas degradadas e “cuidar” dos moradores vulneráveis que vivem nos morros que margeiam a cidade.

A partir de uma parceria entre os governos federal, estadual e municipal entra em vigor, em 2008, o projeto de pacificação da cidade – estratégia articulada pela gestão do secretário de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro José Mariano Beltrame e promulgada pelo prefeito Eduardo Paes e pelo governador Sérgio Cabral. Mas apesar dos “méritos” constantemente fornecidos ao secretário Beltrame, vale lembrar que a articulação da atual estratégia de pacificação já fora estruturada em outro momento (2007), no Brasil, pelo PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) com o objetivo dialogar sobre consequências e causas da violência. Houve uma adaptação do projeto *Territórios de Paz*, que apesar de apresentar estratégias mais “humanistas”, o programa não deixa de lado ações repressivas. Neste projeto o primeiro passo do PRONASCI é ocupar as regiões mapeadas

como degradadas e com alto índice de violência¹². Depois realiza-se a ocupação e pacificação dessas áreas que são articuladas juntamente com prestação de serviços sociais e culturais, ou seja, a mesma estratégia que está sendo utilizada no projeto de pacificação da cidade do Rio de Janeiro, onde a ocupação final é realizado pela instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

As UPPs estão sendo implantadas em territórios que estão ocupados há anos por grupos criminosos e milicianos, o projeto têm por objetivo desarticular as quadrilhas ali presentes e “re”tomar esses territórios, proporcionando a inclusão social da população que mora nas favelas utilizando o princípio de polícia comunitária. A estratégia desse tipo de polícia se baseia na parceria entre população e as instituições da segurança pública, os policiais das UPPs se diferenciam dos outros estabelecadores da ordem por ter um treinamento específico ao atendimento comunitário e recebem como gratificação R\$ 500,00 por mês.

Outro aspecto importante nesta modulação política de segurança é presença da iniciativa privada dentro desses projetos sociais que visam demonstrar sua responsabilidade social para conquistar objetivos de interesse próprio, esse desdobramento será mais desenvolvido na próxima etapa desta pesquisa.

Dando continuidade ao o mesmo conceito de UPP e as ações que vão em direção a busca por um Rio de Janeiro pacificado outro projeto de gestão

¹² Informações definidas a partir de pesquisa realizada pelo IBGE.

pública foi elaborado e já está sendo implantando desde 2010 em diversas favelas como extensão da garantia de *liberdade* e segurança à população. A partir de parcerias entre a sociedade civil, Estado e o setor privado, articulou-se o projeto de UPP Social, tendo como objetivo transformar a polícia em um agente próximo à comunidade, promover o desenvolvimento social, incentivar a população à prática da cidadania, integrar a cidade e eliminar fronteiras simbólicas. O projeto da UPP Social também será pesquisado com maior intensidade.

O projeto de pacificação através do *Choque de Paz* prevê a instalação de 40 Unidades de Polícia Pacificadora em favelas do Rio de Janeiro. Até o momento já ocorreram 20 ocupações, dentre elas somente duas favelas ainda não possuem UPPs, o Complexo do Alemão e a Rocinha – essas são as maiores favelas e também as que possuem maiores conflitos entre facções do tráfico, sendo as que mais chamaram a atenção da mídia quando foram ocupadas pelas forças armadas brasileiras.

O processo de consolidação de uma UPP passa por três etapas. Primeiro é traçado o perfil da comunidade que será ocupada, o que envolve coleta de dados socioeconômicos, número de domicílios, escolas, hospitais, postos de saúde, igrejas e quantidade de delitos cometidos por moradores. Realiza-se também uma análise cartográfica da região. Esta primeira fase define o contingente de materiais e equipamentos necessários para a instalação da UPP.

A segunda etapa do processo consiste na ocupação territorial. Os participantes da ocupação são normalmente os agentes do Comando da Polícia Militar e o Batalhão de Operações Especiais, mais conhecido como BOPE. Pode também participar da ocupação militares do Exército Brasileiro, como aconteceu em operações de grande visibilidade como a do Complexo do Alemão e a da Rocinha. A duração dessa fase varia de acordo com a complexidade geográfica do local e também de possíveis resistências – o que não tem ocorrido.

A terceira fase é a consolidação da pacificação de dá com a instalação da UPP e a partir desse momento o dispositivo que quer inibir insurgências de contra-conduta, controlar os corpos, modelar os comportamentos e formar subjetivações se coloca em prática diariamente.

Referente às favelas que estão pacificadas, segue relação abaixo com nome da favela e data de quando ocorreu a instalação da UPP:

Ano	Dia e mês	Local com presença de UPP
2008	19 de dezembro	Santa Marta
2009	16 de fevereiro	Cidade de Deus
2009	18 de fevereiro	Batam
2009	10 de julho	Babilônia / Chapéu-Mangueira
2009	23 de dezembro	Pavão-pavãozinho / Cantagalo
2010	14 de janeiro	Tabajaras / Cabritos
2010	26 de abril	Providência
2010	07 de junho	Borel
2010	1º de julho	Formiga
2010	28 de julho	Andaraí
2010	30 de julho	Salgueiro
2010	30 de setembro	Turano
2010	30 de novembro	Macacos
2011	31 de janeiro	São João / Matriz / Quietto
2011	25 de fevereiro	Coroa / Fallet / Fogueteiro
2011	25 de fevereiro	Escondidinho / Prazeres
2011	17 de maio	São Carlos
2012	18 de janeiro	Vidigal

Diante do termo *Choque de Paz* utilizado para as operações de ocupação, uma questão logo ganha forma: como é possível combinar duas palavras, saturadas de simbologia opostas, num só termo? Choque nos remete a memória mais assustadora de qualquer tipo de tortura e punição, enquanto paz tende a nos alocar num campo sossegado, calmo, tranqüilo – onde a dor do choque físico ou a desorientação do choque psicológico não pode ser presente.

Mas as ocupações ao Complexo do Alemão e à Rocinha foram amplamente divulgadas como verdadeiros e frutíferos *Choques de Paz*, elas foram as maiores operações já realizadas contra o tráfico de drogas e em prol do controle territorial de uma ampla área densamente povoada. O Complexo do Alemão foi ocupado no dia 26 de novembro de 2010 e o prazo de permanência do exercito nesta favela foi estendido até junho de 2012. A Rocinha foi ocupada no dia 13 de novembro de 2011 e dados sobre até quando os militares iram permanecer na favela ainda não foram divulgados.

As duas *ocupações* possuem aspectos similares, tanto na forma em que foram articuladas e realizadas a própria ocupação, quanto como isto é anunciado à população – ambas foram imensamente divulgadas pelos meios de comunicação e se tornaram grandes espetáculos, onde o bem vence o mal. De forma geral, posteriormente a dominação de cada um desses territórios fica claro que essa modulação de segurança publica está sendo bem vista pela mídia e aprovada por grande parte dos espectadores, mas a discussão sobre como é esta “pacificação” fica à margem das publicações dos meios de comunicação mais tradicionais.

Até esta etapa da pesquisa pode-se entender que a UPP é um novo modelo de gestão da segurança instaurado na Sociedade Controle que caminha em direção para uma *ecopolítica* – onde não somente o controle da vida das pessoas está em jogo, como também o controle da vida do planeta, uma busca

pela harmonia entre a Terra, o povo e os governos, anunciada pelo *Estado*.
Dentre tantos questionamentos que a pesquisa carrega, a principal pergunta que fica neste momento é: Onde estão as resistências?

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. "O que é um dispositivo?" in *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinicius Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009

Agenda 21 Brasileira, 1992. Disponível em
<http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/Agenda21%20Brasil.pdf> Acesso em agosto de 2011.

BRATOON, William. Entrevista por Ronaldo França pela *Revista Veja.com*.
Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Yh6v3-h_HtQ>. Acesso em dezembro de 2011.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma História. A incrível saga de um país*. São Paulo, SP: Ed. Ática, 2003.

Carta da Terra. Disponível em
<http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/carta_terra_2000.pdf> Acesso em agosto de 2011.

Censo Demográfico 2010. *Aglomerados Subnormais – Primeiros Resultados*. Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf> Acesso em janeiro de 2012.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo, SP: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante).

Declaração do Milênio das Nações Unidas, 2000. Disponível em

<http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/Declaracao_milenio_2000.pdf> Acesso em agosto de 2011.

Manifesto 2000 UNESCO (Cultura da Paz), 2000. Disponível em

<http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/manifesto_2000_UNESCO_cultura_da_paz.pdf> Acesso em agosto de 2011.

OLIVEIRA, Salete. “Anarquia e dissonâncias abolicionistas” in *Revista ponto-e-vírgula*, número 1, PEPG Ciências Sociais – PUCSP: 2007. Disponível em <<http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n1/artigos/pdf/11-SaleteOliveira.pdf>> Acesso em fevereiro de 2012.

PASSETTI, Edson. *Direitos Humanos, sociedade de controle e a criança criminosa in Direitos Humanos? O que temos a ver com isso?* in Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ (org). Rio de Janeiro, Conselho Regional de Psicologia – RJ, 2007.

Disponível em <<http://www.crprj.org.br/publicacoes/livros/direitoshumanos.pdf>> Acesso em agosto de 2011.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: IPPUR-UFRJ/FASE, 1997.

SANTOS, André Luiz Teixeira. "O direito de morar no centro" in PICCINI, Andrea. (org.) *Requalificação de cortiço*. São Paulo, SP: Ed. Annablume, 2002.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2009.

VAZ, Lilian Fessler. "Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro" in *Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XXIX (127): 1994.

Disponível em

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377187I6iYL2uw3Xe43QN7.pdf>>

Acesso em dezembro de 2011.

NU-SOL. "Comunidade" in *Verbetes*. Disponível em

<<http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=30>>. Acesso em 18/10/2011.

WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. Arquivo digital: Coletivo Sabotagem, 2004. Disponível em

<http://mijsgd.ds.iscte.pt/textos/Prisoas_da_Miseria_WACQUANT_Loic.pdf>

Acesso em dezembro de 2011.

Sites

UPP Repórter <<http://upprj.com/wp/>>

Acesso no período: agosto de 2011 a fevereiro de 2012.

UPP Social < <http://www.uppsocial.com.br/> >

Acesso no período: agosto de 2011 a fevereiro de 2012.

Anexo

Imagem 1

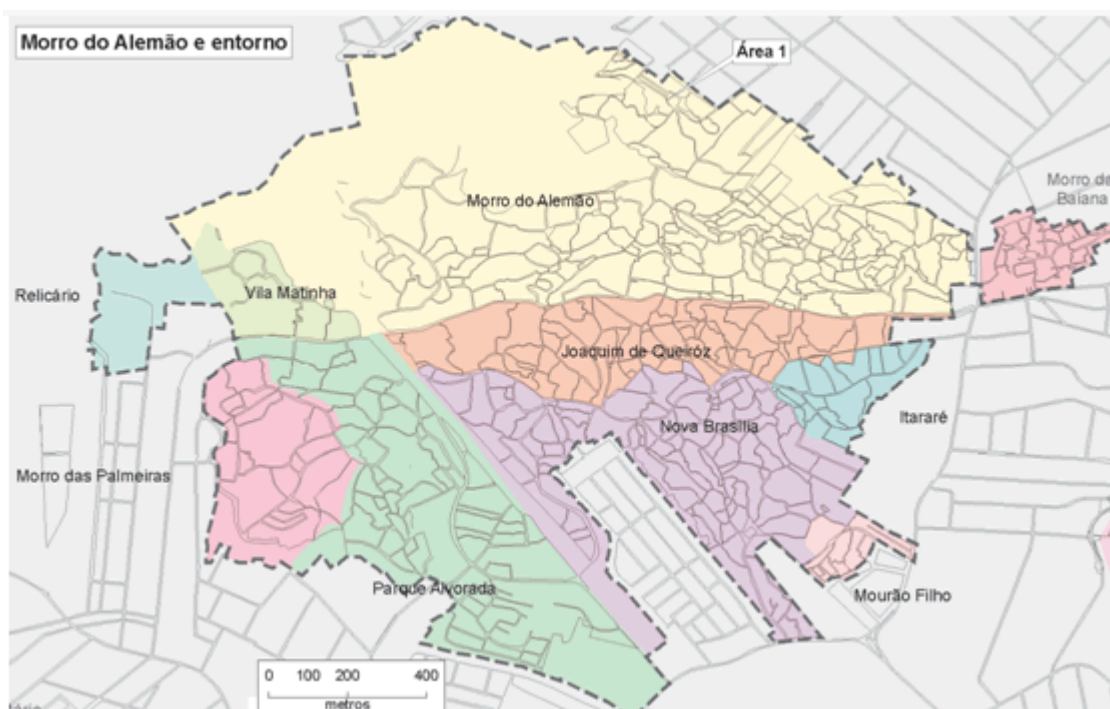


Imagem 2

